



REVISTA CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO

**Publicação Semestral dos Acadêmicos do Curso de Direito
da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Ano 5 Número 05 jan./dez. 2022 – Vitória da Conquista, 2022**

COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Bruna Batista Caires
Érica Coelho
Ihasmyn Camilla Ferreira Silva
Lara Fernandes Mangabeira
Samille Oliveira dos Santos
Tarcísio Luz Amaral
Vitória Maria do Espírito Santo

EDITORES CIENTÍFICOS

Luciana Santos Silva
Luciano de Oliveira Souza Tourinho

CAPA

Eduardo Rocha Moreira

Reitor:

Luiz Otávio de Magalhães

Vice-reitor:

Marcos Henrique Fernandes

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Diretora:

Maria Madalena Souza dos Anjos Neta

Coordenador do Curso de Direito:

Byron de Castro Muniz Teixeira

**Revista Científica do Curso de Direito / Publicação semestral
dos Acadêmicos do Curso de Direito da Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia. – Ano 5, n. 05 (jan. / dez. 2022).**

Anual

**1. Direito – Periódicos. I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - DCSA/UESB**

Comissão Administrativa da Revista Científica do Curso de Direito
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Estrada do Bem Querer, km 4 - B. Universitário - Curso de Direito
Vitória da Conquista - BA - CEP 45031 – 900
Home Page: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/rccd>
E-mail: rccd@uesb.edu.br



Sumário



APRESENTAÇÃO.....	06
“AULAS DE POESIA PODEM FECHAR MATADOUROS?”: ELIZABETH COSTELLO E A LITERATURA COMO MEIO DE CONSCIENTIZAÇÃO DA ÉTICA ANIMAL	07
Ana Carolina Teixeira Oliveira Ruas Pedro Henrique Ruas Abreu Areal Marques	
“QUE SAUDADE DA LILI”: REFLEXÕES SOCIOLINGÜÍSTICAS SOBRE MULHERES ENCARCERADAS	19
Eliane Souza Pereira Valéria Viana Sousa	
A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – COMO REALIZAR A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NAS REDES?	35
João Vitor Ribeiro Leal	
LITÍGIO ESTRATÉGICO EM DIREITOS HUMANOS NA "SOCIEDADE EM REDE": UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	45
Victor Brito Ferraz	
OS CRIMES MILITARES POR EXTENSÃO E O OVERRULING DE SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	56
João Paulo de Sousa Ferreira	
OS CONDOMÍNIOS: PERMISSÃO OU NEGAÇÃO DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO POR CURTA TEMPORADA MEDIANTE APLICATIVOS À LUZ DO PRECEDENTE JUDICIÁRIO.....	70
Éricles Pereira dos Santos	

SENTIDO E ALCANCE DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO AO HIPOSSUFICIENTE NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO..... 81
Igor Mendonça Cardoso Gomes



Apresentação

Desde o ano de 2020, a pandemia causada pelo novo Coronavírus, SARS-Cov-2, alterou significativamente as relações sociais cotidianas. Diante da popularização das redes sociais, a sociedade experimentou a tônica da desinformação. A difusão de informações inverídicas ganhou o status de "liberdade de expressão". Paralelamente, o aumento da pobreza, do desemprego e da violência foram escancarados. As instituições brasileiras tiveram a sua existência duramente questionada. Nesse cenário de crise democrática, defender a Constituição Cidadã dos obstáculos totalitários erguidos socialmente demonstrou ser um grande ato revolucionário.

É diante deste panorama de contradições e inconsistências que a Universidade Pública se materializa como um forte instrumento de transformação social. Nessa perspectiva, a pesquisa é direcionada ao alcance da igualdade social e à defesa das Instituições Democráticas através da disseminação do conhecimento da Lei.

Na década de 70, o professor e jurista Goffredo da Silva Telles Junior, na Carta aos Brasileiros, delatou a ilegitimidade da ditadura militar e reivindicou a implantação do Estado de Direito e a imediata instauração da Assembleia Nacional Constituinte. Hoje, no ano de 2022, em meio a ataques infundados à autonomia dos Poderes, à integridade da Democracia e à lisura do processo eleitoral, bem como ao desrespeito às Instituições Democráticas, foi escrita a "Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!" pela perpetuidade da Democracia.



As discussões científicas são realizadas para desnudar as mazelas coletivas e atingir sua finalidade social na garantia do bem comum e da promoção de Direitos e Liberdades Fundamentais. Sendo assim, a pesquisa deve ultrapassar os limites da realidade posta e alcançar a realidade almejada para a promoção da Justiça Social.

Ao conquistar a classificação B3 e implementar o modelo de fluxo contínuo, a 5ª Edição da Revista Científica do Curso de Direito foi planejada para discutir a atual conjuntura, apresentar as inquietudes e soluções do estudante de Direito em face das mazelas sociais que permeiam o País.

Confiante no papel de transformação social da pesquisa para a Defesa do Estado democrático de Direito, é lançada a 5ª Edição da RCCD.

A Comissão Administrativa.